

**A.I. Nº** - 149269.0032/06-7  
**AUTUADO** - LEON HEIMER S/A  
**AUTUANTE** - LELITA VIEIRA TIGRE DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 28. 06. 2007

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACORDÃO JJF Nº 0185-01/07

**EMENTA:** ICMS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO QUANDO REGULARMENTE INTIMADO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Autuado não atendeu a intimação no prazo regulamentar para apresentação dos arquivos magnéticos, sujeitando-se a multa no percentual de 1%, sobre o total das operações de saídas ocorridas no período, prevista no artigo 42 XIII-A “g” da Lei 7.014/96. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 30/06/2006, impõe multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de falta de fornecimento de arquivos magnéticos, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas, relativos ao período de junho/2005 a março/2006, sendo aplicada multa de 1% sobre o valor das saídas no período fiscalizado de R\$2.911.106,40, resultando no valor exigido de R\$29.111,06.

O autuado apresentou defesa às fls. 61/68, na qual suscita a excessiva onerosidade da multa aplicada (artigo 42, XIII-A, “g” da Lei 7.014/96), invocando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade da pena, para dizer que a multa deve guardar relação com a infração, cumprindo a sua função punitiva e pedagógica no sentido de desestimular a conduta apenada. Invoca ainda a jurisprudência dos tribunais, citando o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 2001/0101563) do STJ, e o AMS 200272060019480 do TRF 4ª Região.

Reporta-se ao princípio do não confisco, citando a posição doutrinária de Sacha Calmon e outras decisões dos Tribunais, para sustentar que a multa aplicada é excessivamente onerosa e desproporcional à conduta apenada.

Afirma que a multa para ser razoável teria que ser cobrada em valor fixo ou em percentual sobre o imposto devido que teria deixado de ser recolhido no período em que não foram apresentadas as informações, o que sequer foi apurado no Auto de Infração.

Conclui o seu arrazoado, requerendo a revisão do Auto de Infração, para fins de declaração de sua improcedência.

Na informação fiscal prestada (fls. 73/74), o autuante afirma que a autuada foi intimada a apresentar os arquivos magnéticos a que está obrigada, conforme o artigo 708-A do RICMS/BA, por ser usuário do SEPD, sendo aplicável a multa prevista no artigo 42, XIII-A, “g”, ou seja, 1% sobre todas as saídas.

Acrescenta que o autuado apesar de intimado não demonstrou o mínimo interesse em regularizar a pendência, não sendo intenção do Fisco impor sanção mas, apenas, regularizar.

Finaliza mantendo a autuação.

## VOTO

O Auto de Infração em lide imputa ao contribuinte o cometimento de infração à legislação do ICMS, decorrente de falta de entrega de arquivos magnéticos, mediante intimação.

Do exame das peças processuais, constato que o contribuinte apesar de estar obrigado a apresentar no prazo legal os arquivos magnéticos referentes aos meses de maio de 2005 a março de 2006, descumpriu esta obrigação, conforme consta na Relação dos Arquivos Recepcionados, do Sistema de Controle de Arquivos Magnéticos acostada aos autos, o que motivou a intimação feita pelo autuante para apresentação dos referidos arquivos.

Vale registrar que, o contribuinte na própria intimação foi cientificado de que o não atendimento no prazo estabelecido ou entrega dos arquivos com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais, implicaria na imposição das penalidades previstas no artigo 42, da Lei 7.014/96.

Ocorre que, o autuado também não atendeu a intimação feita pelo autuante, para apresentação dos arquivos magnéticos acima referidos, incorrendo assim em infração à legislação do ICMS, o que determinou a lavratura do Auto de Infração sob exame, com a aplicação da multa de 1% (um por cento) do valor das saídas do estabelecimento em cada período de apuração, consoante determina o artigo 42, inciso XIII-A, alínea “g”, da Lei 7.014/96, abaixo transcrito:

*“Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:*

*(...)*

*XIII-A - nas infrações relacionadas com o uso de equipamento de controle fiscal e de sistema eletrônico de processamento de dados:*

*(...)*

*g) 1% (um por cento) do valor das saídas de mercadorias e das prestações de serviços realizadas em cada período de apuração, pelo não fornecimento, mediante intimação, do respectivo arquivo magnético contendo a totalidade das operações de entrada e de saída e das prestações de serviços tomadas e realizadas, ou pela entrega dos referidos arquivos em padrão diferente do previsto na legislação, ou em condições que impossibilitem a sua leitura;”.*

Observe que o autuante elaborou demonstrativo à fl. 06 dos autos, no qual consta o valor das saídas no período, perfazendo a base de cálculo total de R\$ 2.911.106,40 sobre a qual foi aplicada a multa de 1%, na forma acima reportada, resultando no valor de R\$ 29.111,06, conforme abaixo:

Período	Valor das saídas (R\$)	Multa %	Valor exigido (R\$)
Junho/2005	349.454,87	1%	3.494,55
Julho/2005	253.202,26	1%	2.532,02
Agosto/2005	285.288,26	1%	2.852,88
Setembro/2005	301.262,48	1%	3.012,62
Outubro/2005	372.043,90	1%	3.720,44
Novembro/2005	261.138,96	1%	2.611,39
Dezembro/2005	351.515,35	1%	3.515,15
Janeiro/2006	351.043,19	1%	3.510,43
Fevereiro/2006	269.797,09	1%	2.697,98
Março/2006	116.360,04	1%	1.163,60
TOTAL	2.911.106,40	1%	29.111,06

Vale consignar que, o período de ocorrência de cada infração é o apontado no demonstrativo elaborado pelo autuante, conforme transcrito acima, incidindo os acréscimos moratórios a partir

de cada período em que ocorreu a irregularidade objeto da autuação e não da data de lavratura do Auto de Infração.

No que concerne à peça de defesa, verifico que o autuado ataca exclusivamente a multa aplicada, suscitando a sua excessiva onerosidade, invocando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade da pena, do não confisco, e ainda a sua desproporcionalidade à conduta apenada.

Quanto à multa pela falta de entrega dos arquivos magnéticos exigidos mediante intimação, está prevista no artigo 42-XIII-A, “g” da Lei 7.014/96, tendo o autuante, por exercer uma atividade plenamente vinculada, efetuado corretamente o lançamento, não cabendo no âmbito administrativo a apreciação sobre a sua natureza confiscatória, conforme argüido pelo autuado.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **149269.0032/06-7**, lavrado contra **LEON HEIMER S/A**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$29.111,06**, prevista no artigo 42, inciso XIII-A, alínea “g”, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, conforme estabelecido pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de junho de 2007.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR